



CEJAM

**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
"DR. JOÃO AMORIM"**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

Consolidação

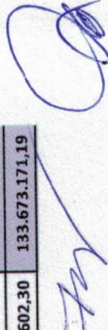
**Matriz (Mantenedora)
Organização Social – São Paulo
Escola de Saúde
Gestão Saúde – Embu das Artes
Gestão Saúde – Taboão da Serra
Organização Social – Hospital Municipal M'Boi Mirim
Instituto de Responsabilidade Social
Organização Social – Mogi das Cruzes
Organização Social – Rio de Janeiro
Organização Social – Arujá
Centro de Diagnósticos por Imagem**

ÍNDICE

	Página(s)
Balanço Patrimonial	2
Demonstração dos Resultados	3
Demonstração das Mutações Patrimoniais	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 20

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em Reais)**

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			ATIVIDADES DE SAÚDE			ATIVIDADES DE SAÚDE			2015
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	FORMAÇÃO EM SAÚDE	
ATIVO										
ATIVO CIRCULANTE										
(4) Caixa e Fundo Fixo de Caixa	1.568,21	-	1.524,91	-	-	-	3.093,12	2.281,11	1.220,30	3.501,41
(5) Bancos - Contas Movimento	120.642,97	10,00	1.940,38	332,46	-	-	122.925,81	943.462,68	4.651,53	793,00
(6) Bancos - Aplicações Financeiras	33.086.555,41	129.079,57	14.573.784,72	27.265,93	-	-	47.816.685,63	27.781.273,45	12.234.872,46	39.212,15
Adiantamentos a Fornecedores	268.870,37	-	740,00	-	-	-	269.610,37	312.716,99	-	1.440,00
(7) Adiantamentos a Empregados	4.066.774,58	-	18.848,91	6.369,87	-	-	4.091.993,36	3.688.117,87	13.045,80	3.015,55
Adiantamentos para Despesas	5.566,79	133,53	277,10	21,30	-	-	5.998,72	6.069,29	199,18	1,36
Impostos Recuperáveis	2.865,18	-	211,92	9.451,60	-	-	12.528,70	15.787,00	3.263,63	-
(8) Créditos com Convênios	31.499.732,26	-	-	-	-	-	31.499.732,26	49.447.315,04	-	64.663,15
(9) Outros Créditos	260.571,55	57.861,02	58.543,94	45.615,35	-	-	422.591,86	1.652.473,77	1.471.245,06	13.136,16
(10) Estoques	2.528.499,18	-	-	-	-	-	2.528.499,18	2.556.863,59	-	-
(11) Reservas para Contingências	24.142.077,93	-	-	-	-	-	24.142.077,93	-	-	-
Despesas Antecipadas	126.449,37	-	-	-	-	-	126.449,37	153.799,15	-	153.799,15
	96.110.173,80	187.084,12	14.655.871,88	89.056,51	-	-	111.042.186,31	86.560.159,94	13.728.497,96	122.261,37
ATIVO NÃO-CIRCULANTE										
(12) Realizável a Longo Prazo	-	-	1.301.893,11	-	-	-	1.301.893,11	-	111.956,28	111.956,28
Imobilizado	24.479.338,76	-	6.163.407,79	454.000,76	-	-	31.096.747,31	25.115.059,43	-	464.926,69
Imobilizações em Andamento	731.907,31	-	167.413,20	3.667,40	-	-	756.098,84	870.892,86	27.587,11	8.414,24
(13) Intangível	25.211.246,07	-	7.653.238,23	457.668,16	-	-	33.322.152,46	25.985.952,29	6.794.689,52	473.340,93
	121.321.419,87	187.084,12	22.309.110,11	546.724,67	-	-	144.364.338,77	112.546.112,23	20.523.187,48	595.602,30
TOTAL DO ATIVO										
	121.321.419,87	187.084,12	22.309.110,11	546.724,67	-	-	144.364.338,77	112.546.112,23	20.523.187,48	595.602,30
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
PASSIVO CIRCULANTE										
Fornecedores	10.881.259,47	-	223.555,89	29.771,85	-	-	11.134.587,21	10.764.836,82	213.142,62	21.839,19
(14) Obrigações Trabalhistas	24.927.564,60	-	124.016,38	22.213,33	-	-	25.073.794,31	23.989.280,64	113.320,76	21.091,54
Obrigações Sociais e Fiscais	15.880.602,36	-	107.634,41	11.104,54	-	-	15.999.341,31	14.618.013,72	72.890,46	10.858,48
(15) Empréstimos Bancários	9.081.683,07	-	-	-	-	-	9.081.683,07	20.270.454,06	174.811,40	-
(16) Contas a Pagar	4.301.406,85	-	322.011,78	1.081,03	-	-	4.624.499,66	7.581.820,25	371.739,31	830,27
Provisões para Férias e Encargos	44.420.484,95	-	249.659,31	48.826,84	-	-	44.718.971,10	40.997.798,33	208.518,12	33.741,09
(17) Provisões para Contingências	2.525.036,52	-	284.115,90	-	-	-	2.809.152,42	1.843.214,58	291.340,06	2.134.554,64
	112.018.037,82	-	1.310.993,67	112.997,59	-	-	113.442.029,08	120.065.418,40	1.445.762,73	88.360,57
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE										
(17) Provisões para Contingências	502.710,84	-	-	-	-	-	502.710,84	544.710,84	-	544.710,84
(16) Contas a Pagar	1.301.893,11	-	-	-	-	-	1.301.893,11	-	-	-
(18) Bens Públicos em nosso poder	25.211.246,07	-	-	-	-	-	25.211.246,07	25.985.867,39	-	25.985.867,39
	27.015.850,02	-	-	-	-	-	27.015.850,02	26.530.578,23	-	26.530.578,23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Patrimônio Social	(34.049.884,40)	8.269,18	19.077.424,75	507.241,73	-	-	(14.456.948,74)	(20.972.570,75)	16.089.402,68	(4.346.674,91)
(32) Superávit / (Déficit) do Exercício	17.054.452,80	713.626,72	858.209,06	(262.880,17)	-	-	18.363.408,41	10.665.669,59	2.641.699,51	(367.745,40)
Ajustes Patrimoniais	(717.036,37)	(534.811,78)	1.062.482,63	189.365,52	-	-	(23.078.960,71)	(664.022,53)	346.322,56	338.493,97
Transferências Patrimoniais	(17.712.467,97)	187.084,12	20.998.116,44	433.727,08	-	-	(34.049.884,40)	(34.049.884,40)	507.241,73	(14.456.948,74)
	121.321.419,87	187.084,12	22.309.110,11	546.724,67	-	-	144.364.338,77	112.546.112,23	20.523.187,48	595.602,30
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
	121.321.419,87	187.084,12	22.309.110,11	546.724,67	-	-	144.364.338,77	112.546.112,23	20.523.187,48	595.602,30



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em Reais)**

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE						2016	ATIVIDADES DE SAÚDE						2015 (REAPRESENTADO)
	ATIVIDADES DE SAÚDE			ATIVIDADES DE SAÚDE				ATIVIDADES DE SAÚDE			ATIVIDADES DE SAÚDE			
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	FORMAÇÃO EM SAÚDE	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA		PROMOÇÃO EM SAÚDE	FORMAÇÃO EM SAÚDE	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	FORMAÇÃO EM SAÚDE	
	735.738.625,08	2.082.051,25	6.047.062,47	735.860,14	744.603.598,94	668.175.063,05	368.933,70	6.146.407,27	562.483,20	674.539.781,90	675.252.887,22			
(19)	746.486.742,93	-	-	-	746.486.742,93	674.539.781,90	-	-	-	674.539.781,90	675.252.887,22			
	-	1.433.081,45	-	-	1.433.081,45	-	29.752,70	-	-	29.752,70	29.752,70			
	-	648.969,80	-	-	648.969,80	-	339.181,00	-	-	339.181,00	339.181,00			
	-	-	6.047.062,47	-	6.047.062,47	-	-	6.146.407,27	-	6.146.407,27	6.146.407,27			
	-	-	-	735.860,14	735.860,14	-	-	-	562.483,20	562.483,20	562.483,20			
	3.556.560,39	-	-	-	3.556.560,39	-	-	-	-	-	-			
	(3.009.813,64)	-	-	-	(3.009.813,64)	-	-	-	-	-	-			
	(4.992.169,06)	-	-	-	(4.992.169,06)	-	-	-	-	-	-			
	(6.302.695,54)	-	-	-	(6.302.695,54)	-	-	-	-	-	-			
	(700.428.694,43)	(707.420,71)	(6.371.083,82)	(773.740,01)	(708.280.938,97)	(639.597.519,13)	(339.181,00)	(4.849.332,85)	(741.317,26)	(645.527.350,24)	(645.527.350,24)			
(21)	(551.847.799,89)	-	(2.875.063,14)	(508.550,89)	(555.231.413,92)	(505.536.112,15)	-	(2.624.912,63)	(490.909,66)	(508.651.934,44)	(508.651.934,44)			
(22)	(109.985.581,04)	(25.301,61)	(3.076.294,40)	(167.455,62)	(113.204.632,67)	(95.921.886,26)	-	(1.831.901,96)	(145.016,35)	(97.898.804,57)	(97.898.804,57)			
(23)	(38.595.313,50)	(33.149,30)	(469.726,28)	(97.733,50)	(39.195.922,58)	(38.139.520,72)	-	(392.518,26)	(105.391,25)	(38.637.430,23)	(38.637.430,23)			
(30)	118.687.095,52	-	601.937,93	126.485,91	119.415.519,36	109.170.993,35	-	569.775,84	112.207,53	109.852.976,72	109.852.976,72			
(30)	(118.687.095,52)	-	(601.937,93)	(126.485,91)	(119.415.519,36)	(109.170.993,35)	-	(569.775,84)	(112.207,53)	(109.852.976,72)	(109.852.976,72)			
	35.309.930,65	1.374.630,54	(324.021,35)	(37.879,87)	36.322.659,97	28.577.543,92	29.752,70	1.297.074,42	(178.834,06)	29.725.536,98	29.725.536,98			
(-)	SUPERÁVIT / (DÉFICIT) BRUTO													
	(25.082.594,29)	(4.364,50)	(3.328.313,48)	(221.986,31)	(28.637.258,58)	(22.769.931,52)	(723,65)	(1.972.746,23)	(185.986,95)	(24.929.388,35)	(24.929.388,35)			
(24)	(591.547,21)	(2.970,62)	(495.549,37)	(2.407,06)	(1.092.474,26)	(476.220,02)	(50,27)	(110.902,08)	(7.255,77)	(594.428,14)	(594.428,14)			
	(23.088.648,66)	(1.393,88)	(2.832.764,11)	(219.579,25)	(26.142.385,90)	(21.483.319,91)	(673,38)	(1.861.844,15)	(178.731,18)	(23.524.568,62)	(23.524.568,62)			
	(1.402.398,42)	-	-	-	(1.402.398,42)	(810.391,59)	-	-	-	(810.391,59)	(810.391,59)			
	1.410.261,58	0,01	2.116.307,33	1.308,45	3.527.877,37	1.258.923,84	50,00	2.309.358,11	4,79	3.568.336,74	3.568.336,74			
	-	-	(21.200,00)	-	(21.200,00)	-	-	(2.450,00)	-	-	(2.450,00)			
	253.427,82	-	115.716,56	-	369.144,38	444.837,69	-	95.024,34	-	539.862,03	539.862,03			
	1.156.833,76	0,01	2.021.790,77	1.308,45	3.179.932,99	814.086,15	50,00	2.216.783,77	4,79	3.030.924,71	3.030.924,71			
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
(2.e/25)	33.792,00	-	54.813,13	-	88.605,13	7.049,04	-	-	-	7.049,04	7.049,04			
(2.e/25)	(33.792,00)	-	(54.813,13)	-	(88.605,13)	(7.049,04)	-	-	-	(7.049,04)	(7.049,04)			
(-)	RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS	11.637.597,94	1.370.266,05	(1.536.027,50)	(258.557,73)	7.066.536,24	29.079,05	1.633.686,30	(364.816,22)	8.364.485,37	8.364.485,37			
(20)	5.416.854,86	2.516,25	1.735.080,98	(4.322,44)	7.150.129,65	3.599.133,35	(15,87)	1.008.013,21	(2.929,18)	4.604.201,51	4.604.201,51			
	7.355.009,02	3.529,61	1.775.715,62	2.604,20	9.134.858,45	5.521.302,47	351,35	1.392.956,99	2.791,30	6.917.402,11	6.917.402,11			
	(1.936.154,16)	(1.013,36)	(40.634,64)	(6.926,64)	(1.984.728,80)	(1.922.169,12)	(967,22)	(384.943,78)	(5.720,48)	(2.313.200,60)	(2.313.200,60)			
(-)	SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	17.054.452,80	1.372.782,30	199.053,48	(262.880,17)	10.665.669,59	29.063,18	2.641.699,51	(367.745,40)	12.968.686,88	12.968.686,88			



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em Reais)**

	Patrimônio Social	superávit (Déficit) Acumulados	Ajustes Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2015	(6.906.918,88)	8.153.721,47	(5.593.477,50)	(4.346.674,91)
Incorporação do Superávit	8.153.721,47	(8.153.721,47)	-	-
Incorporação dos Ajustes Patrimoniais	(5.593.477,50)	-	5.593.477,50	-
Ajustes Patrimoniais	-	-	(23.078.960,71)	(23.078.960,71)
Superávit do Exercício	-	12.968.686,88	-	12.968.686,88
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(4.346.674,91)	12.968.686,88	(23.078.960,71)	(14.456.948,74)
Incorporação do Superávit	12.968.686,88	(12.968.686,88)	-	-
Incorporação dos Ajustes Patrimoniais	(23.078.960,71)	-	23.078.960,71	-
Ajustes Patrimoniais	-	-	-	-
Superávit do Exercício	-	18.363.408,41	-	18.363.408,41
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(14.456.948,74)	18.363.408,41	-	3.906.459,67




**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em Reais)**

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	18.363.408,41	12.968.686,88
Depreciação	605.001,88	603.749,76
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	44.546,62	112.666,70
Adiantamentos a Empregados	(387.814,14)	(676.824,55)
Adiantamentos para Despesas	271,11	439,33
Impostos Recuperáveis	6.521,93	114.161,53
Créditos com Convênios	18.012.245,93	(18.310.927,46)
Outros Créditos	(21.427.814,80)	(1.373.643,70)
Estoques	28.364,41	618.824,21
Despesas Antecipadas	27.349,78	(30.805,02)
Realizável a Longo Prazo	(1.189.936,83)	(111.956,28)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	134.768,58	1.709.039,48
Obrigações Trabalhistas	950.101,37	2.298.481,12
Obrigações Sociais e Fiscais	1.297.578,65	2.389.162,88
Provisões para Férias e Encargos	3.478.913,56	6.066.596,65
Provisão para Contingências	632.597,78	485.609,87
Outras Obrigações	(2.027.997,06)	1.954.855,36
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	18.548.107,18	8.818.116,76
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	3.009.813,64	1.878.982,78
Aquisição de Imob/Intang. Próprio	(90.527,79)	(62.330,70)
Imobilizações em Andamento	(167.413,20)	-
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento	2.751.872,65	1.816.652,08
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	(3.009.813,64)	(1.878.982,78)
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	(11.363.582,39)	13.677.466,96
Incorporação ao Patrimônio Líquido	84,90	(23.068.803,57)
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento	(14.373.311,13)	(11.270.319,39)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	6.926.668,70	(635.550,55)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	41.016.035,86	41.651.586,41
Disponibilidades no Final do Exercício	47.942.704,56	41.016.035,86
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	6.926.668,70	(635.550,55)




**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Vivaleite", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social CEJAM. E, na formação em saúde, os programas são executados pela Escola de Saúde.

Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein - SBIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M'Boi Mirim - Dr.Moisés Deutsch.

A Entidade, para fazer frente aos déficits e passivo a descoberto de determinados projetos, vem buscando a manutenção e repactuação das parcerias municipais, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.



2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

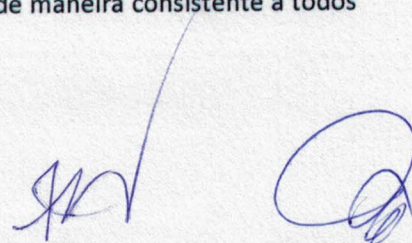
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.e) Trabalho voluntário:

Em atendimento à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a Entidade efetuou levantamento dos trabalhos voluntários e gratuidades recebidos, concluindo que dado o atual contexto operacional esses valores referem-se substancialmente ao valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos membros da Diretoria. O valor apurado foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Diretores (respectivamente despesa e receita no mesmo montante).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.



3.a) Instrumentos financeiros:

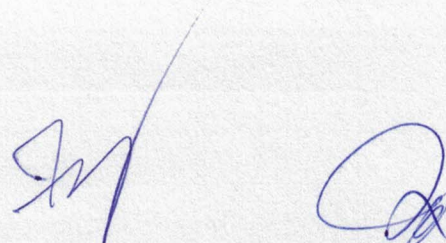
- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2016 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2015. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Construções: 25 anos;
 - Instalações: 10 anos;
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos;
 - Veículos: 5 anos;
 - Biblioteca: 10 anos;
 - Benfeitorias: 25 anos.



3.d) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.f) Passivo circulante e não circulante:

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio social:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão, convênios e respectivos termos aditivos das Secretarias Municipais de Saúde, doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.



3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E FUNDO FIXO DE CAIXA

	2016	2015
BENS NUMERÁRIOS		
Caixa	1.292,04	1.320,30
Fundo Fixo	1.801,08	2.181,11
	3.093,12	3.501,41

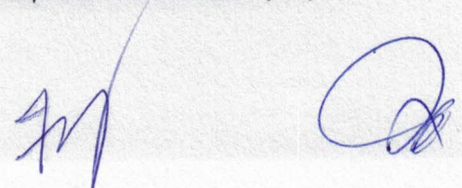
5. BANCOS – CONTAS MOVIMENTO

	2016	2015
BANCOS - CONTA MOVIMENTO		
Banco do Brasil S.A.	4.125,71	291.213,21
Banco Santander (Brasil) S.A.	5.344,53	654.518,90
Banco Bradesco S.A.	113.452,49	4.455,85
Banco Safra S.A.	3,08	-
	122.925,81	950.187,96

6. BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2016	2015
BANCOS - CONTA APLICAÇÕES		
Banco do Brasil S.A.	708.058,48	940.872,00
Banco Santander (Brasil) S.A.	26.135.007,84	26.603.461,74
Banco Bradesco S.A.	20.120.013,23	12.517.662,72
Banco Itaú S.A.	375,36	350,03
Banco Safra S.A.	853.230,72	-
	47.816.685,63	40.062.346,49

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).



7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2016	2015
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		
Adiantamentos de Férias	4.074.839,91	3.704.179,22
Outros Adiantamentos	17.153,45	-
	4.091.993,36	3.704.179,22

8. CRÉDITOS COM CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO

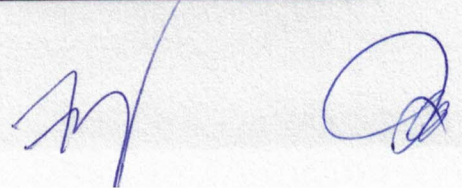
	2016	2015
CRÉDITOS COM CONTRATO DE GESTÃO E CONVÊNIO		
PMSP - Contrato 003/2007 (PROREHOSP)	-	690.862,43
PMSP Contrato 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo)	27.368.048,97	38.066.526,31
PMSP – Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	-	8.337.981,98
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2436/2009 (Atenção Básica)	885.018,60	-
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2436/2009 (Vigilância em Saúde)	82.649,94	-
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 042/2014 (UBS 24H)	299.831,26	-
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 045/2014 (ESF)	200.000,00	-
Pref. Mun. de Arujá – Contrato de Gestão 2385/2012	1.314.713,70	2.013.037,68
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contrato de Gestão 037/2015	1.349.469,79	338.906,64
Convênios da área Educacional	-	64.663,15
	31.499.732,26	49.511.978,19

9. OUTROS CRÉDITOS

	2016	2015
OUTROS CRÉDITOS		
CEJAM – PSF Taboão da Serra (intercompany)	-	1.301.893,11
CEJAM – Hosp. Mun. M'Boi Mirim (intercompany)	-	1.280.000,00
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	5.000,00	5.000,00
Outros Créditos	417.591,86	549.961,88
	422.591,86	3.136.854,99

10. ESTOQUES

	2016	2015
ESTOQUES		
Medicamentos	1.030.966,98	879.204,17
Materiais de Uso dos Pacientes	1.024.547,91	1.195.434,06
Gêneros Alimentícios	145.721,64	108.138,87
Impressos e Materiais de Expediente	59.575,34	51.884,61
Produtos de Limpeza	85.960,41	86.228,17
Materiais de Manutenção	64.827,22	71.993,95
Rouparia	24.158,56	40.256,63
Outros Materiais de Consumo	92.741,12	123.723,13
	2.528.499,18	2.556.863,59



11. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

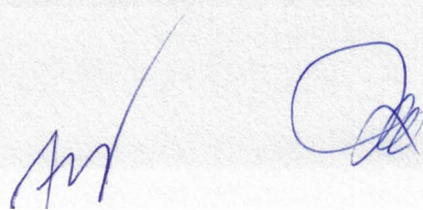
Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

	2016	2015
RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS		
Banco Santander (Brasil) S.A.	24.142.077,93	-
	24.142.077,93	-

12. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa Depr.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Residual 2016	Residual 2015
Terrenos	-	375.000,00	-	375.000,00	375.000,00
Construções	4%	5.630.000,00	(1.483.544,09)	4.146.455,91	4.371.655,95
Instalações	10%	56.415,27	(45.469,56)	10.945,71	13.335,63
Máquinas e Equipamentos	10%	356.849,63	(163.861,60)	192.988,03	192.688,60
Equipamentos de Uso Médico	10%	2.087.312,30	(1.194.237,06)	893.075,24	1.059.840,68
Equipamentos de Informática	20%	608.343,51	(520.980,02)	87.363,49	104.377,30
Móveis e Utensílios	10%	960.802,17	(581.114,48)	379.687,69	416.889,44
Veículos	20%	309.418,25	(261.054,77)	48.363,48	77.873,40
Biblioteca	10%	8.063,36	(8.063,36)	0	16,66
Benfeitorias	4%	621.623,91	(138.094,91)	483.529,00	508.395,16
Bens de Gestão Pública Prefeituras				0	
São Paulo - Organização Social		19.762.982,73	(9.475.002,10)	10.287.980,63	9.036.991,96
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		25.995.029,75	(18.932.525,69)	7.062.504,06	7.990.319,09
Embu das Artes (SP)		64.433,36	(44.752,15)	19.681,21	25.977,73
Taboão da Serra (SP)		146.134,23	(135.854,98)	10.279,25	13.896,55
Mogi das Cruzes (SP)		335.350,52	(139.368,68)	195.981,84	189.574,06
Arujá (SP)		95.779,44	(31.410,48)	64.368,96	55.895,04
Rio de Janeiro (RJ)		10.372.226,51	(3.533.683,70)	6.838.542,81	7.802.405,00
		67.785.764,94	(36.689.017,63)	31.096.747,31	32.235.132,25

Conforme preceituado em contratos e convênios firmados entre o CEJAM e Secretarias Municipais de Saúde, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos de gestão e convênios é de uso exclusivo e de propriedade das Secretarias Municipais de Saúde.



13. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa Amort	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Residual 2016	Residual 2015
Direitos de Uso de Sistemas	20%	248.733,27	(227.897,47)	20.835,80	32.645,62
Outros Direitos de Uso	-	1.561,72	-	1.561,72	1.561,72
Marcas e Patentes		1.794,01	-	1.794,01	1.794,01
Direitos de Gestão Pública Prefeitura					
São Paulo – Organização Social		318.336,84	(251.685,96)	66.650,88	93.512,60
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		1.869.623,52	(1.770.540,24)	99.083,28	119.803,09
Mogi das Cruzes (SP)		4.740,64	(3.769,54)	971,10	1.919,34
Rio de Janeiro (RJ)		901.417,85	(336.215,80)	565.202,05	655.657,83
		3.346.207,85	(2.590.109,01)	756.098,84	906.894,21

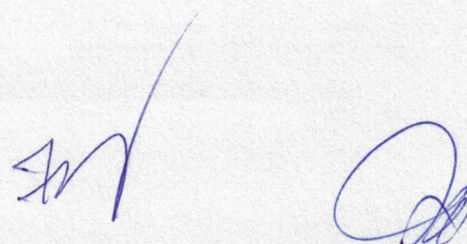
14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2016	2015
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		
Salários a Pagar	24.824.958,19	23.961.492,57
Rescisões a Pagar	187.633,14	99.801,50
Pensões Alimentícias a Pagar	61.202,98	62.398,87
	25.073.794,31	24.123.692,94

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2016	2015
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	50.000,01
Banco Bradesco S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	1.000.083,90	4.625.017,36
Banco Santander S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	8.081.599,17	15.645.436,70
Bradesco Leasing S.A. (Imóvel Rua Dr. Lund)	-	124.811,39
	9.081.683,07	20.445.265,46

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses para custeio dos contratos e convênios municipais. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente, além do CDI, de a 0,46% a.m. para o Bradesco e 0,58% a.m. para o Santander.



16. CONTAS A PAGAR

CONTAS A PAGAR (CIRCULANTE)	2016	2015
CEJAM – PSF Taboão da Serra (intercompany)	-	1.301.893,11
CEJAM – Hospital Mun. M'Boi Mirim (intercompany)	-	1.280.000,00
Eletropaulo – Hospital Mun. M'Boi Mirim	-	184.813,88
Light – OS Rio de Janeiro	393.804,67	409.788,57
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos	88.363,86	-
Sabesp – Hospital Mun. M'Boi Mirim	-	86.868,34
PMSP (devolução repasse encerr. convênio)	2.396.716,09	2.396.716,09
Adiantamentos PMSP – Hospital M'Boi Mirim	216.600,47	1.130.215,07
Aluguéis a Pagar	247.873,30	175.044,16
Empréstimo Consignado	736.662,96	510.998,56
Plano de Previdência Privada	117.219,53	-
Outras Contas a Pagar	427.258,78	478.052,05
	4.624.499,66	7.954.389,83

CONTAS A PAGAR (NÃO CIRCULANTE)	2016	2015
CEJAM – PSF Taboão da Serra (intercompany)	1.301.893,11	-
	1.301.893,11	-

Sob a rubrica “intercompany” encontra-se o socorro financeiro efetuado no ano de 2011 pela mantenedora para cobrir dívidas da filial Taboão da Serra, no montante de R\$ 1.301.893,11, e a utilização de empréstimo através da conta garantida da filial Hospital Municipal M'Boi Mirim para a filial OS São Paulo, no montante de 1.280.000,00, sendo este último devidamente quitado em 08 de janeiro de 2016 junto ao Banco Bradesco. Ambos demonstrados em contrapartida na nota explicativa nº 9 como crédito a receber da matriz junto à filial, e de filial junto à filial, respectivamente.

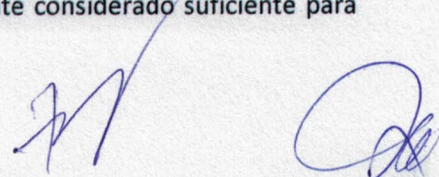
17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (CIRCULANTE)	2016	2015
Provisões para Contingências Tributárias	85.796,86	85.796,86
Provisões para Contingências Trabalhistas	2.521.394,41	1.842.393,44
Provisões para Contingências Cíveis	201.961,15	206.364,34
	2.809.152,42	2.134.554,64

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (NÃO CIRCULANTE)	2016	2015
Provisões para Contingências Trabalhistas	502.710,84	544.710,84
	502.710,84	544.710,84

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.



As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 7.093.663,49 (em 2015 R\$ 5.215.843,05), sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL	2016	2015
De natureza Trabalhista	5.090.259,82	4.806.793,24
De natureza Cível	2.003.403,67	409.049,81
	7.093.663,49	5.215.843,05

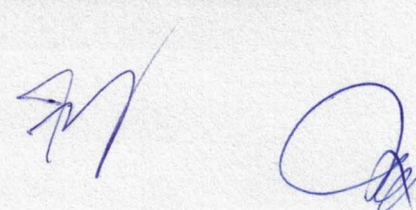
18. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 25.211.246,07 em 2016 e R\$ 25.985.867,39 em 2015, refere-se aos valores recebidos das Secretarias Municipais de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos aos municípios quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

19. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

	2016	2015
RECEITAS COM CONTRATOS GESTÃO E CONVÊNIOS		
PMSP – Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	13.357.774,11	115.240.319,38
PMSP - Contrato 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo)	346.778.224,14	161.942.473,16
PMSP – Convênio 066/2008 (AMA Especialidades)	-	23.757.854,95
PMSP – Convênio 079/2008 (AMA Tradicional)	-	9.922.308,08
PMSP – Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana)	-	1.646.334,40
PMSP – Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	82.804.283,60	72.691.760,49
PMSP – Contrato de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M'Boi Mirim)	154.620.976,96	125.289.124,65
Pref. Mun. de Embu – Convênio 2080/2003 (Programas e Projetos)	13.185.948,89	10.854.517,02
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 042/2014 (UBS 24H)	16.861.903,21	20.909.505,61
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 045/2014 (ESF)	18.971.925,25	18.144.185,64
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 016/2012 (Única)	5.608.759,17	4.980.000,00
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 042/2012 (EACS)	2.572.343,76	2.469.032,27
Pref. Mun. de Arujá – Contrato de Gestão 2385/2012	26.239.801,50	22.926.872,65
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contrato de Gestão 037/2015	65.484.802,34	83.765.493,60
	746.486.742,93	674.539.781,90



20. RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	9.027.324,04	6.830.556,27
Descontos Obtidos	41.950,13	84.994,52
Juros e Atualizações Monetárias	65.584,28	1.851,32
(-) Tarifas Bancárias	(178.023,13)	(165.651,10)
(-) Juros Bancários	(1.693.160,78)	(1.601.989,21)
(-) Juros sobre Financiamentos	(31.835,02)	(376.518,48)
(-) Juros a Fornecedores	(6.393,27)	(69.485,10)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(62.726,72)	(99.550,59)
(-) Imposto sobre Aplicações Financeiras	(12.571,50)	(6,09)
(-) Imposto sobre Operações Financeiras	(18,38)	(0,03)
	7.150.129,65	4.604.201,51

21. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

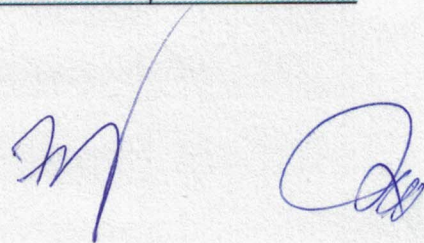
	2016	2015
RECURSOS HUMANOS		
Remunerações	473.381.357,29	433.692.502,82
Benefícios	35.735.387,22	31.717.845,85
Encargos Sociais	46.114.669,41	43.241.585,77
	555.231.413,92	508.651.934,44

22. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2016	2015
SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	109.427.331,03	93.790.596,53
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	3.757.105,94	4.101.135,23
Bolsistas e Estagiários	20.195,70	7.072,81
	113.204.632,67	97.898.804,57

23. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAS DE CONSUMO

	2016	2015
MEDICAMENTOS E MATERIAIS		
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	25.419.863,63	24.415.154,81
Materiais de Consumo	9.024.497,05	9.328.917,33
Materiais de Conservação	2.022.370,12	1.675.891,74
Outros Materiais	2.729.191,78	3.217.466,35
	39.195.922,58	38.637.430,23



24. DESPESAS GERAIS

	2016	2015
DESPESAS GERAIS		
Contas de Consumo (água, luz, telefone e gás)	8.866.898,76	9.025.341,73
Aluguéis (imóveis, veículos, equipamentos e aparelhos)	8.516.840,86	6.535.647,33
Administrativas	694.540,40	1.116.355,89
Publicidade	205.264,81	57.989,50
Eventos	524.238,89	501.728,12
Reformas e Benfeitorias	1.941.507,26	4.708.320,44
Bens não Imobilizados	286.447,04	254.543,46
Depreciações e Amortizações	4.161.619,78	603.749,76
Outras Despesas Gerais	945.028,10	720.892,39
	26.142.385,90	23.524.568,62

25. TRABALHO VOLUNTÁRIO – INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ITG 2002 (R1)

A Entidade utilizou como parâmetro para determinação de valores do trabalho voluntário recebido, a execução de trabalho não remunerado por parte de sua diretoria estatutária em reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria. Durante o exercício de 2016 foi registrado um total de 384 horas valoradas ao montante de R\$ 54.813,13

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

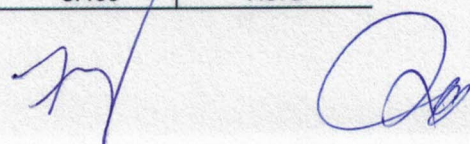
27. SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS GRATUITAMENTE

A Entidade, mantém com recursos próprios, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), com o objetivo de prestar serviço ambulatorial gratuito através de consulta médica, de enfermagem e atendimento de serviço social.

O custo da prestação dos serviços ambulatoriais foi reconhecido pelo valor justo, respeitando-se as práticas de preços populares. Durante o exercício de 2016 o custo estimado com os atendimentos ambulatoriais feitos de forma gratuita foi de R\$ 648.969,80 (em 2015 R\$ 339.181,00) e assim está registrado como se tivesse ocorrido o recebimento e desembolso financeiro.

Os resultados alcançados foram os seguintes:

ASSISTÊNCIA GRATUITA À SAÚDE	NÚMERO DE BENEFICIADOS	
	2016	2015
PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DA MULHER		
Consultas e atendimentos	3.455	2.661
Promoção à saúde e prevenção de doença	16.793	6.365
Procedimentos	8.460	7.875



28. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

29. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.

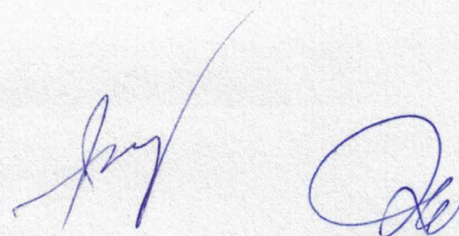
Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19.

Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

"Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores".

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2016 e 2015. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.



30. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2016 foi de R\$ (em 2015 de R\$ 109.852.976,72) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2016	2015
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(120.451.680,73)	(108.999.578,12)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(758.232,54)	(853.398,60)
	(121.209.913,27)	(109.852.976,72)
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	120.451.680,73	108.999.578,12
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	758.232,54	853.398,60
	0,00	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19.

31. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.




Em atendimento a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2016, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)
- CSLL incidente sobre o superávit: 9%

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2016 foi de R\$ 23.990.814,73 (em 2015 R\$ 21.424.768,44), distribuída da seguinte forma:

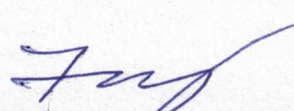
	2016	2015
RENÚNCIA FISCAL		
Cofins	22.338.107,97	20.257.586,62
CSLL	1.652.706,76	1.167.181,82
	23.990.814,73	21.424.768,44

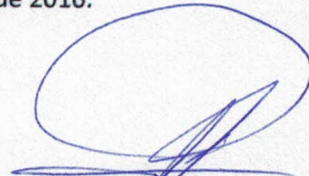
32. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2016 foi de R\$ 18.363.408,41 e o Superávit do exercício de 2015 foi de R\$ 12.968.686,88, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e mantidas (filiais):

RESULTADO DO EXERCÍCIO DESMEMBRADO	IDENT. CNPJ	2016	2015
Matriz (Mantenedora)	0001	1.387.305,74	3.939.374,51
Organização Social – São Paulo	0002	13.096.850,66	24.695.021,07
Escola de Saúde	0003	(262.880,17)	(367.745,40)
Gestão Saúde – Embu das Artes	0004	1.535.647,26	(1.429.443,24)
Gestão Saúde – Taboão da Serra	0006	(15.752,00)	(17.242,22)
Organização Social – Hospital Municipal M'Boi Mirim	0008	663.575,04	(9.905.457,46)
Instituto de Responsabilidade Social	0009	(529.096,68)	(1.297.675,00)
Organização Social – Mogi das Cruzes	0010	(1.241.058,06)	(1.924.703,80)
Organização Social – Rio de Janeiro	0011	511.253,31	(1.640.430,23)
Organização Social – Arujá	0012	2.503.936,59	887.925,47
Centro de Diagnóstico por Imagem	0013	713.626,72	29.063,18
		18.363.408,41	12.968.686,88

São Paulo, 31 de dezembro de 2016.


Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente


Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3